

## Mais uma janela se abre no ensino superior: MEC propõe o fim dos indicadores de qualidade IGC e CPC

Rocha, Enilton. 06 de nov. 2019.

Há anos, os sistemas de avaliação da qualidade do ensino superior vêm sendo criticados, por especialistas, em razão dos seus [indicadores avaliativos](#). Os indicadores atuais desse sistema são:

I - Conceito Enade; II - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD; III - Conceito Preliminar de Curso - CPC e IV - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC.

Observa-se que em nenhum deles há insumos para avaliar a percepção da sociedade civil e dos setores produtivo e de empregabilidade. Nesse sentido, a avaliação da qualidade fica restrita aos insumos e percepções das IES e dos órgãos avaliadores do MEC, insuficientes em relação ao impacto social e econômico dos cursos.

Noutra perspectiva, aspectos como indicadores de qualidade na gestão de ensino, na inovação, na relação currículo-egresso-produção e empregabilidade não fazem parte do sistema atual; indicadores esses que poderiam fortalecer e incentivar o investimento das IES em programas de aproximação da competência acadêmica com o mundo externo e seus ecossistemas produtivos.

Outro ponto de fragilidade desse sistema diz respeito ao método de coleta e análise de dados da maioria de seus indicadores. Em pleno século XXI, a mineração e a coleta de dados ainda são realizadas de modo subjetivo, manual, com a participação direta da influência do estado de espírito dos sujeitos avaliados e dos coletores de dados em um determinado momento, hermético, do processo avaliativo. Um retrato de um instante... Historicamente, esse retrato tem refletido, muitas vezes, situações vulneráveis tanto da IES quanto dos seus estudantes e professores.

Esse modelo pode ser substituído por uma ação eficiente de coleta de dados, de tabulação, análise e acompanhamento dinâmico e de geração de indicadores por meio da inteligência artificial, do reconhecimento facial e de sistemas embarcados entre outros, estabelecendo uma relação de confiança, modernidade, segurança e eficiência no sistema de avaliação da qualidade no ensino superior.

Não é compreensível que uma IES, seus professores e seus estudantes sejam avaliados externamente e internamente com sistemas manuais de insumos e geração de dados e informações em um determinado momento da passagem do estudante e da IES pelo processo avaliativo. Isso sem considerar o alto custo operacional para a contratação, manutenção e despesas de viagem e hospedagem dos avaliadores externos (ad hoc) do MEC, cujo orçamento elaborado em 2018 para o uso no sistema de supervisão e avaliação externa em 2019 ficou em mais de 11 milhões de reais.

Outro ponto negativo desse sistema diz respeito à falta de integração entre os sistemas administrativos e de ensino das IES e os sistemas de armazenamento de dados do MEC para avaliação externa no ensino superior. A transcrição manual de um para outro constitui um alto risco de contaminação dos dados e das informações geradas.

Para resolver essas fragilidades, o mercado fornecedor possui ferramentas poderosas baseadas BI – **Business Intelligence e Analytics de Dados**, capazes de gerenciar com segurança e

eficiência desde o nascedouro (mineração e coleta de dados), passando pelos processos de avaliação à geração de indicadores de desempenho educacional contínuos e em tempo real.

É preciso que o processo avaliativo seja contínuo, espiral, baseado em informações que possam traduzir, em diversos momentos do processo educacional, a conformidade regulatória, a qualidade do ensino, da gestão educacional e da inovação associada. Há também que avaliar a qualidade da ação docente do professor frente às metas de aprendizagem, aos desafios formativos do currículo do curso. Noutra perspectiva, a de gestão, avaliar a qualidade do desempenho do gestor educacional e os impactos da burocracia acadêmica e seus registros no processo de ensino e aprendizagem. Recomenda-se ainda que o sistema avaliativo seja capaz de medir ininterruptamente os desempenhos individual e coletivo do estudante e o impacto formativo da IES no desenvolvimento das suas habilidades e competências, bem como na trajetória produtiva desse estudante e na sua capacidade, como egresso, de intervenção na sociedade.

Mas isso não é tudo, não basta uma poderosa ferramenta de automação, gestão e geração de relatórios diários, online e com interoperabilidade (capacidade de trabalhar em conjunto que possibilita a interação entre pessoas, sistemas de operação ou organizações, buscando uma troca de informações mais eficiente e produtiva(Wikipédia, 2019), é preciso comprometimento de todos os atores envolvidos: alta administração das IES, professores, estudantes, gestores educacionais e os técnicos e gestores da avaliação no MEC.

É necessário o desenvolvimento de uma metodologia de e-governança que possa utilizar essas ferramentas de modo contextualizado, que permita a intervenção da sociedade em seus vários segmentos, que retrate em primeira instância o objeto educacional, seus propósitos e os estudantes como alvos principais.

É preciso saber qual a estratégia conjunta entre MEC, IES e a sociedade brasileira para o futuro da educação no país.

Enfim, após receber, “do outro lado da mesa”, várias comissões de avaliadores externos do INEP e discordar do modelo atribuído ao sistema atual de avaliação da qualidade no ensino superior, a intenção do governo federal de revisão desses indicadores e a proposta de um debate aberto com especialistas de avaliação nesse segmento educacional brasileiro chegam em boa hora, acompanhados da boa vontade do MEC/INEP em compartilhar essas preocupações com esses colaboradores na busca de alternativas que possam dar segurança, isenção, confiança, qualidade, eficiência e inovação ao sistema de avaliação externa no ensino superior.

Referências:

Reportagem: <http://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/2750>

PORTARIA INEP Nº 586, DE 9 DE JULHO DE 2019: [indicadores avaliativos](#)